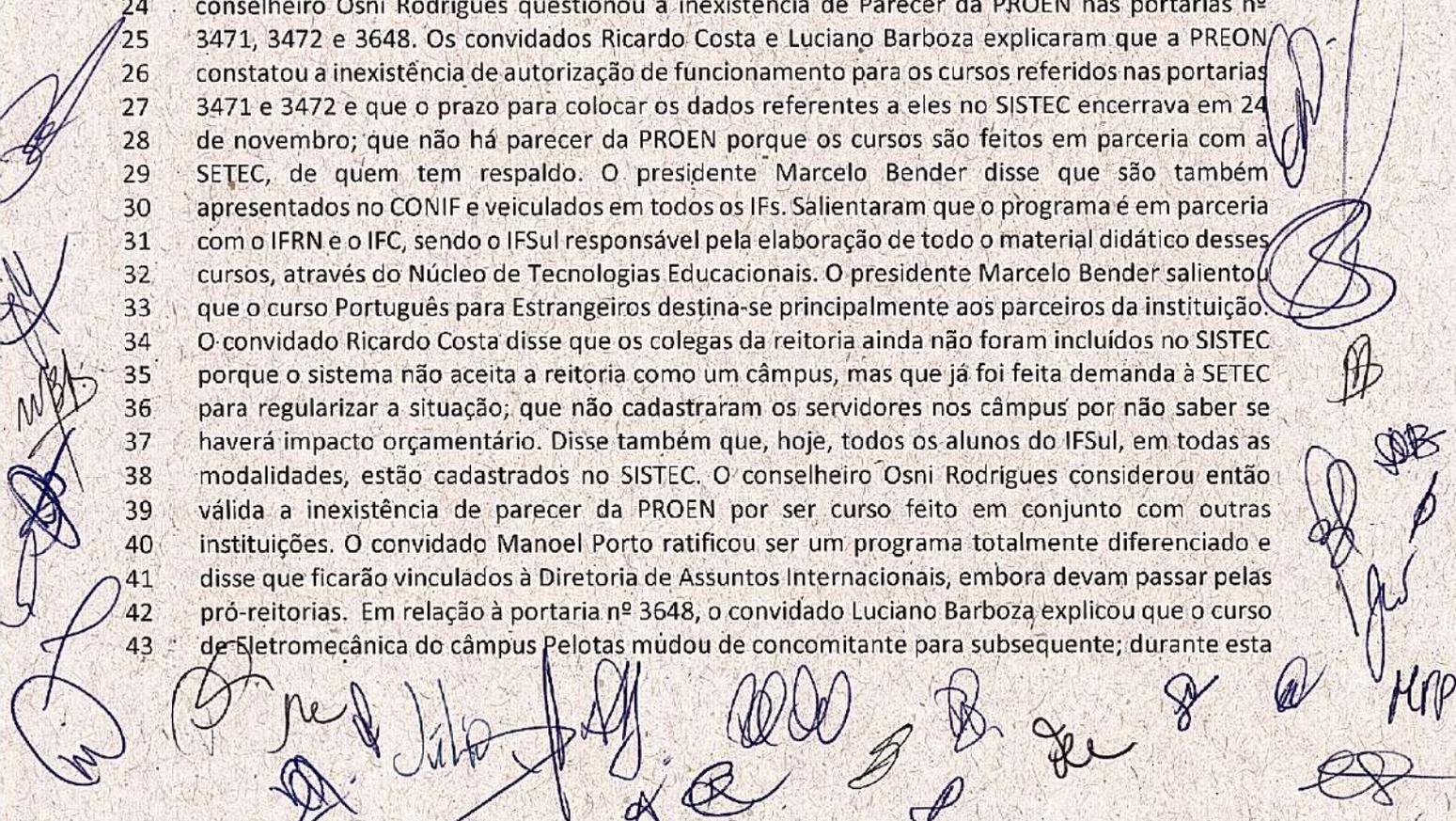


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SIL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014
ATA N.º 09/2014

1 Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatorze, no
2 miniauditório 2 do câmpus Pelotas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Superior, sob a
3 presidência do reitor, Marcelo Bender Machado. Presentes os conselheiros Rafael Blank Leitzke,
4 Milton Britto de Almeida, Ricardo Castro Carrilho, Marcos Eli Silveira Echeverria, Marlene
5 Katrein da Costa, Mack Léo Pedroso, Maria Helena Polgati Moreira, Marlise Sozio Vitcel, Luciana
6 Neves Loponte, Dalvani Costa de Azevedo, Patrícia Mendes Calixto, Marcos Roberto Miranda
7 Prietto, Alexandre Pitol Boeira, José Henrique Bassani, Cleiton Xavier dos Santos, Bruno Silveira,
8 Cristian Oliveira da Conceição, Josi Aparecida de Freitas, Lúcio Geller Júnior, Ana Maria Geller,
9 Pablo Machado Mendes, Douglas Pinho de Ávila, Daniel Delfini Ribeiro, Leandro da Silva
10 Camargo, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Mauro Castro Martin, Paulo Henrique Asconavieta
11 da Silva, Osni da Costa Rodrigues, Nelson Luiz Reyes Marques, Gustavo Henrique da Rocha
12 Foster, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina
13 Camillo, José Luiz Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Diego Alessandro
14 Pereira dos Santos, Braulio Sergio Mewius, Renato Louzada Meireles, Júlio Cesar Mesquita
15 Ruzicki e os convidados Flávio Luis Barbosa Nunes, Henrique Ziglia Maia, Ricardo Pereira Costa,
16 Luciano Vitoria Barboza, Manoel José Porto Júnior, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Mauro
17 André Barbosa Cunha e Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal e a secretária Marilvana
18 Giacomelli Tavares. Apresentaram justificativa os conselheiros Daniela Cardoso Salau Barboza,
19 Irwing Amaral Almeida Pinheiro, Lidiane Cambraia Fonseca, Antônio Marcos Pacheco Coutinho,
20 Vítor Gonçalves Dias e Cláudia Redecker Schwabe. O primeiro assunto foi a apreciação da ata
21 07, que com o acréscimo da expressão "e do sindicato para realizar nova eleição" nas linhas 36
22 e 37, solicitado pela conselheira Fernanda Mello, foi aprovada. A seguir, foram colocadas em
23 apreciação as portarias **ad referendum** n.ºs 3276, 3426, 3471, 3472, 3575 e 3648/2014. O
24 conselheiro Osni Rodrigues questionou a inexistência de Parecer da PROEN nas portarias nº
25 3471, 3472 e 3648. Os convidados Ricardo Costa e Luciano Barboza explicaram que a PREON
26 constatou a inexistência de autorização de funcionamento para os cursos referidos nas portarias
27 3471 e 3472 e que o prazo para colocar os dados referentes a eles no SISTEC encerrava em 24
28 de novembro; que não há parecer da PROEN porque os cursos são feitos em parceria com a
29 SETEC, de quem tem respaldo. O presidente Marcelo Bender disse que são também
30 apresentados no CONIF e veiculados em todos os IFs. Salientaram que o programa é em parceria
31 com o IFRN e o IFC, sendo o IFSul responsável pela elaboração de todo o material didático desses
32 cursos, através do Núcleo de Tecnologias Educacionais. O presidente Marcelo Bender salientou
33 que o curso Português para Estrangeiros destina-se principalmente aos parceiros da instituição.
34 O convidado Ricardo Costa disse que os colegas da reitoria ainda não foram incluídos no SISTEC
35 porque o sistema não aceita a reitoria como um câmpus, mas que já foi feita demanda à SETEC
36 para regularizar a situação; que não cadastraram os servidores nos câmpus por não saber se
37 haverá impacto orçamentário. Disse também que, hoje, todos os alunos do IFSul, em todas as
38 modalidades, estão cadastrados no SISTEC. O conselheiro Osni Rodrigues considerou então
39 válida a inexistência de parecer da PROEN por ser curso feito em conjunto com outras
40 instituições. O convidado Manoel Porto ratificou ser um programa totalmente diferenciado e
41 disse que ficarão vinculados à Diretoria de Assuntos Internacionais, embora devam passar pelas
42 pró-reitorias. Em relação à portaria nº 3648, o convidado Luciano Barboza explicou que o curso
43 de Eletromecânica do câmpus Pelotas mudou de concomitante para subsequente; durante esta



44 tramitação foi constatado que talvez não houvesse como manter os dois, simultaneamente, até
45 que todos os alunos do primeiro se formassem. Por isso, voltaram atrás, mantendo a estrutura
46 do concomitante, mas pediram que o subsequente noturno fosse oferecido. Foi feito o edital,
47 houve a constatação de que o curso não havia sido aprovado, o que gerou a necessidade da
48 portaria. Ressaltou que o curso já tinha sido analisado e que há parecer. Em votação, todas as
49 portarias foram aprovadas. Antes de dar continuidade à pauta foi aberto espaço a **informes**: o
50 conselheiro Júlio Ruzicki pediu a reinclusão da pauta 11, que havia sido retirada a pedido do
51 conselheiro Ricardo Carrilho. Disse que tem parecer do advogado do SINASEFE sobre a situação
52 da proposta atual e que, pela importância do assunto, deveria ser apreciado, o que foi aceito
53 pelo Conselho. O presidente Marcelo Bender informou ter sido eleito vice-presidente do CONIF
54 e também presidente do FORGEP; que no próximo ano, estará em pauta, no MEC, a discussão
55 do técnico-substituto e do RSC para técnico-administrativos; que já foi feita minuta e entregue
56 à SETEC, mas salientou ser um processo mais complicado do que o de docentes por atingir
57 técnico-administrativos das universidades e da Esplanada. A conselheira Ana Geller parabenizou
58 a todos os envolvidos na elaboração das provas de Libras, pela qualidade alcançada. O
59 convidado Manoel Porto ressaltou a importância do trabalho feito pela equipe do
60 Departamento de Educação Inclusiva, DES e campus Pelotas, bem como ao servidor Gledinilson,
61 responsável pela edição; mencionou a importância de fazer campanhas junto a instituições que
62 trabalham com surdos para ampliar o trabalho desenvolvido pela instituição. O presidente
63 informou que a discussão referente à normativa do relacionamento do IFSul com a Fundação
64 seria tratado na próxima reunião, em função de o convidado responsável pela apresentação ter
65 sido chamado nesta data pela CGU. O conselheiro Osni Rodrigues pediu que o assunto já viesse
66 acompanhado de parecer jurídico. Dando sequência, os convidados Ricardo Costa e Luciano
67 Barbosa colocaram-se à disposição para esclarecimentos sobre os assuntos encaminhados pela
68 PROEN: **projeto pedagógico do programa e-Tec Idiomas sem Fronteiras - Português para**
69 **Estrangeiros; alteração da carga horária total do curso técnico em Mecânica - forma**
70 **subsequente, do campus Passo Fundo; alteração do POV Campus Pelotas-Visconde da Graça**
71 **- da especialização técnica de nível médio; calendário letivo 2015 do campus avançado Novo**
72 **Hamburgo; reformulação do projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em Sistemas**
73 **para Internet, do campus Pelotas; reformulação do projeto pedagógico do curso técnico em**
74 **Informática - forma integrada, do campus Charqueadas; inclusão do POV do campus avançado**
75 **Novo Hamburgo no PDI; adequação da carga horária total do curso técnico em Manutenção e**
76 **Suporte em Informática - EJA, do campus Camaquã e projeto pedagógico do curso técnico em**
77 **Mecatrônica - do campus avançado Novo Hamburgo.** O conselheiro Osni Rodrigues perguntou
78 qual a justificativa para o cancelamento de oferta de vagas em 2015/1, na especialização técnica
79 de nível médio do Campus Pelotas-Visconde da Graça. O convidado Luciano Barboza explicou
80 que o cancelamento ocorreu em virtude da greve, que impediu a implementação do curso agora,
81 prorrogando-o para 2016/1, o que permitirá sua melhor estruturação durante o próximo ano.
82 Não havendo mais nenhum destaque, todas os assuntos encaminhados pela PROEN foram
83 aprovados por unanimidade. O convidado Henrique Maia apresentou o **Plano de Auditoria**
84 **Interna - PAINT.** Disse que a CGU inseriu alguns assuntos que não constavam na auditoria
85 anterior; que dos cinco itens elencados, um já está resolvido, três foram justificados e que o
86 outro, referente aos imóveis da instituição estará solucionado; que a situação mais complexa é
87 a dominialidade do Campus Pelotas-Visconde da Graça, mas que até o meio do ano o IFSul terá
88 o domínio da área do Campus Pelotas-Visconde da Graça; que o imóvel já foi repatriado para a
89 União, que fará a doação ao IFSul; que a CGU mencionou auditar a área de TI; que não há
90 servidores habilitados nesta área e que em 2015 será feita a devida capacitação, permitindo a
91 auditoria numa área que é estratégica. Que, afora isso, o Plano foi aprovado pela CGU, que o
92 Conselho pode sugerir alguma alteração, mas a palavra final é da CGU. O conselheiro Osni
93 Rodrigues questionou, no critério da criticidade, componente três, a disparidade de valores
94 entre campus e reitoria. O convidado Henrique Maia explicou que a atribuição de valores
95 diferentes desses implicará mudança da matriz. O conselheiro Cristian Conceição parabenizou

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Júlio, Ricardo, Luciano, Henrique, Cristian, and others.]

96 pelo trabalho que vem sendo feito pela Unidade de Auditoria. Não havendo outros destaques,
97 o PAINT foi aprovado por unanimidade. O assunto a seguir foi a **criação de câmaras para**
98 **discussão prévia dos assuntos a serem tratados nas reuniões do Conselho.** O presidente
99 Marcelo Bender sugeriu que fosse buscada uma área piloto para observar como se daria o
100 processo. O conselheiro Rafael Leitzke considerou ser importante por focar os assuntos em
101 câmaras, que também trariam parecer nas reuniões e disse que devem ser identificadas quais
102 câmaras deveriam existir. O conselheiro Alexandre Pitól concordou, mas lembrou a dificuldade
103 de deslocamento, sugerindo o uso da teleconferência. Lembrou que os novos cursos deveriam
104 ser apresentados pelos diretores. A conselheira Ana Geller sugeriu a criação de comissões por
105 áreas de conhecimento, aproveitando a existência de servidores de várias áreas nos câmpus.
106 Após ampla discussão sobre o assunto, e tendo os conselheiros se manifestado favoráveis à
107 criação das câmaras, uma vez que os assuntos serão melhor encaminhados, permitindo uma
108 tomada de posição mais segura, a mesma foi aprovada; foi perguntado quem gostaria de
109 participar da comissão para a criação de comissões pareceristas. Manifestaram-se os
110 conselheiros Ana Geller, Fernanda Mello, Milton Almeida e Renato Meireles, que deverão
111 apresentar o resultado do estudo na segunda reunião ordinária de 2015. O assunto seguinte foi
112 o **Regimento Geral** do IFSul. O convidado Mauro Cunha lembrou que os itens alterados no
113 Estatuto, aprovados na reunião extraordinária do Conselho, obrigatoriamente devem ser
114 alterados no Regimento. O presidente Marcelo Bender lembrou que o primeiro Regimento
115 deveria ser revisado depois de três anos, isto é, até o fim de 2013; que, quando assumiu, propôs
116 nova estrutura, que seria revisada até setembro 2014, tendo sido prorrogada até dezembro. O
117 convidado Mauro Cunha lembrou que para aprovar o regimento há necessidade de 40 votos
118 (dois terços dos conselheiros); que alterá-lo é mais difícil do que alterar o estatuto; que o novo
119 modelo propõe dois terços de pessoas, ficando igual ao estatuto. O convidado Manoel Porto
120 disse que mudar o quórum de votantes cria uma armadilha, pois há períodos em que se torna
121 difícil a presença maciça de conselheiros; que há dificuldade dos câmpus que não podem trazer
122 todos seus representantes; que foi criado um conselho bastante participativo com o objetivo de
123 ter um ambiente democrático, não de inviabilizar as tomadas de decisões. Defendeu a exigência
124 de quórum para mudar tanto o estatuto quanto o regimento, mas, havendo quórum devem ser
125 considerados os presentes. Disse que exigir dois terços inviabiliza qualquer mudança e que deve
126 haver consenso e acordo entre todos pela votação anterior; que deve ser votado primeiro a
127 mudança que deixa da mesma forma a mudança de aprovação nos dois documentos. O
128 presidente Marcelo Bender propôs que a primeira alteração do regimento fosse a da redação
129 do parágrafo único do art. 176, que deveria ser "dois terços dos conselheiros presentes na
130 sessão do Conselho Superior". O conselheiro Milton Almeida disse que tudo que fosse votado
131 hoje, seria à luz do documento anterior, por isso precisa conhecer o rito. O convidado Mauro
132 Cunha disse que a mudança de estatuto já foi aprovada. Os conselheiros Milton Almeida e Rafael
133 Leitzke defenderam que o documento aprovado só será válido após sua publicação, tendo este
134 último dito que os dois documentos não poderiam ser alterados no mesmo dia. O convidado
135 Mauro Cunha lembrou que o regimento não pode ferir o estatuto, que é o documento maior;
136 que a partir de agora o que vale é o que foi aprovado na reunião extraordinária. O presidente
137 retirou a proposta, atendendo à situação levantada pelo conselheiro Rafael Leitzke, referente à
138 publicidade, e perguntou quais outras questões levantadas não foram aprovadas no estatuto e
139 se haverá quórum para votá-las. O convidado Manoel Porto disse que primeiro deve ser votado
140 o art. 177, que define a partir de quando vigora o documento, pois se for aprovada a vigência a
141 partir da aprovação pelo Conselho, o outro artigo já poderá ser votado. O convidado Henrique
142 Maia considerou difícil votar hoje em função do quórum reduzido; lembrou que todos os
143 conselheiros têm suplente e também a obrigação de avisar com antecedência sua
144 impossibilidade de comparecimento. O conselheiro Alexandre Pitól disse que o poder está sendo
145 retirado do Conselho Superior e é o próprio Conselho é o responsável por isso, já que não está
146 comparecendo em massa às reuniões. O conselheiro José Itturriet lembrou que as pessoas
147 fizeram todo o trabalho em seus câmpus durante meses, que respeita a situação apontada pelo

148 colega referente ao Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, mas não pode ficar atrelado à situação
149 de chegar à reunião e não ter o trabalho votado porque o mesmo não foi feito por outros
150 colegas; que fica difícil sentir o trabalho feito valorizado. O presidente disse que a obrigação de
151 trazer os conselheiros é dos diretores; que se os conselheiros não avisam em tempo hábil, a
152 secretaria não tem como convocar o suplente; que há problema com os conselheiros externos
153 e egressos, cuja presença é difícil de exigir; que as decisões cabem aos que estão presentes. O
154 convidado Manoel Porto disse que a justificativa de não ter os dois terços para votar vai terminar
155 com a representatividade do Conselho. O conselheiro Paulo Asconavieta discordou com a
156 responsabilidade dos diretores em relação a trazer os conselheiros, uma vez que, às vezes, já
157 estão na cidade onde está sendo realizada a reunião com antecedência por outros
158 compromissos. Disse que seu câmpus sempre está representado e a ausência, nesta reunião,
159 deu-se por fatalidades: o pai do conselheiro Miguel Dinis sofreu um AVC na véspera e o suplente
160 não pôde vir em função da data limite para emissão das diárias e o discente Paulo Cardozo
161 formou-se, estando correndo o processo para eleição de novo representante e o representante
162 técnico está com provas na faculdade; que não houve nenhum movimento da direção para
163 trazê-los ou não. O conselheiro Osni Rodrigues disse que cinquenta por cento dos presentes não
164 poderiam alterar nem regimento nem estatuto e defendeu que, tanto a votação quanto o
165 quórum devem ser com três quartos dos conselheiros. O presidente reconheceu a dificuldade
166 de conselheiros comparecerem em alguma situação ou período do ano. O conselheiro Alexandre
167 Pitol manifestou-se sobre a ausência sistemática dos representantes externos. O presidente
168 disse que o objetivo de buscar pessoas externas é dar credibilidade as nossas decisões, mas que
169 não há como obriga-los a comparecer. O presidente disse que o que foi aprovado no estatuto
170 tem que ser alterado no regimento e para as demais propostas só há dois encaminhamentos:
171 aprovar por unanimidade ou votar na próxima reunião e gostaria da aprovação unânime porque
172 é um processo de resposta de seu comprometimento com a comunidade que pediu a
173 reavaliação do regimento geral; que o trabalho desenvolvido foi disponibilizado a toda
174 comunidade e gostaria de vê-lo aprovado como veio das comunidades. O conselheiro Ricardo
175 Carrilho disse que a convocação deveria sempre ser atendida e questionou se os faltantes
176 justificam. A secretária Marilvana Tavares disse que a maioria justifica no tempo previsto no
177 regimento; que chegando em tempo na secretaria, a secretária convoca o suplente; que quem
178 não justifica em três dias é considerando faltante. O presidente, percebendo a preocupação dos
179 presentes com a ausência de muitos conselheiros sugeriu que, a partir da próxima sessão, a lista
180 de presenças seja publicada no link do Conselho, na página do IFSul, para que as comunidades
181 que os elegeram possam acompanhar se estão ou não sendo representadas. O presidente pediu
182 à secretaria que fosse feita avaliação daqueles que faltaram mais de três vezes, comunicando-
183 os que estão desligados do Conselho, tendo a secretária dito que isto ocorre habitualmente. O
184 conselheiro Milton Almeida disse que se for votado em bloco, vai se abster, pois não teve como
185 ler o documento. O presidente sugeriu colocá-lo à disposição, item a item, para votar o que tiver
186 destaque. O conselheiro Rafael Leitzke disse ter novo encaminhamento, que seria necessário
187 retornar ao estatuto, alterando a sua data de vigência para primeiro de março e faz-se a
188 publicação no DOU ainda esta semana e, na primeira reunião de 2015, que deve ser em data
189 anterior a primeiro de março, aprova-se o regimento com base no estatuto que já vai estar
190 publicado e os dois entram em vigência na mesma data. O presidente sugeriu alterar o art. 176,
191 para que possam ser avaliadas e votadas as alterações do regimento. Neste momento, foi feito
192 intervalo para cafezinho. Retomando os trabalhos, a discussão do regimento ficou em suspenso,
193 passando-se à discussão da alteração da **Resolução 81 – Regulamento de Afastamento para**
194 **Capacitação**. O conselheiro Júlio Ruzicki leu o parecer do SINASEFE. A conselheira Fernanda
195 Mello perguntou se o assunto iria ser discutido, já que foi comunicado aos conselheiros,
196 anteriormente a sua retirada de pauta; que entendeu que seria discutido, ao final, se o assunto
197 deveria ou não voltar à discussão; que entende que, para ser discutido, precisaria da presença
198 dos componentes da comissão que criou a RAC, para esclarecer e fazer a defesa. O presidente
199 propôs que o assunto fosse discutido na próxima reunião. A conselheira Fernanda Mello disse

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Milton Almeida', 'Rafael Leitzke', 'Júlio Ruzicki', 'Fernanda Mello', and others.

200 que o processo está em andamento e que qualquer alteração não valeria para o período atual.
201 O conselheiro José Bassani sugeriu que a proposta fosse levada para os pares, a fim de que, na
202 próxima reunião, os conselheiros possam trazer a resposta como representantes da
203 comunidade. O convidado Marcos Betemps ratificou a fala da conselheira Fernanda Mello, no
204 sentido de que nenhuma alteração valeria agora, pois o processo já está correndo. Manifestou-
205 se tecnicamente sobre o parecer jurídico, que considera inadequado, pois considera mestrado,
206 doutorado e pós-doutorado como de mesma importância, sendo que os dois primeiros são
207 títulos que só têm reconhecimento por cursos reconhecidos pela CAPES e pós-doutorado não
208 tem validação, é um estágio; que pode haver alterações no documento, mas o processo não
209 pode desvalorizar um trabalho construído por toda a comunidade e as possíveis modificações
210 também deverão ser por ela discutidas e construídas, mas que reconhece o argumento do
211 câmpus. A conselheira Ana Geller lembrou que na reunião em que foi aprovado o RAC ficou
212 definido que após a primeira edição do edital seria feita uma reavaliação do processo e possível
213 avaliação do regulamento e ratificou que mestrado e doutorado dão elevação de grau, o que
214 não acontece com o estágio pós-doutoral. O diretor executivo Flávio Nunes disse que mudar
215 agora o regulamento, no meio do processo, é um desrespeito com o próprio Conselho. O
216 conselheiro Ricardo Carrilho justificou o pedido de retirada da pauta por entender ter havido
217 um atropelo, por falta de discussão da proposta na comunidade. O conselheiro Júlio Ruzicki disse
218 que o regulamento é um limitador, quando o docente tem o aceite para a capacitação, defendeu
219 a urgência de nova reunião e entregou os documentos para o convidado Marcos Betemps
220 analisar. O presidente disse que o Brasil é trancado nesse aspecto de internacionalização para
221 capacitação, mas está na legislação e que a política de capacitação deve atender sempre os
222 interesses institucionais e que, às vezes, estes conversam com os interesses pessoais; disse que
223 mesmo grandes universidades do exterior, como a de Salamanca, que visitou, obedecem
224 interesses institucionais. O conselheiro Milton Almeida falou do risco de o servidor fazer um
225 curso no exterior e não ter o curso reconhecido no Brasil. A conselheira Ana Geller salientou que
226 as exigências para o afastamento objetivam proteger a instituição, criando mecanismos para
227 uma saída mais justa dos docentes, evitando que servidores busquem bolsas fora da instituição
228 e posteriormente venham pedir o afastamento. O presidente pediu que, depois de terminado o
229 edital atual, sua avaliação seja trazida ao CONSUP, para análise. O conselheiro Alexandre Pitol
230 falou sobre as **vagas previstas no edital de afastamento**, solicitando informações oficiais de
231 como estava a distribuição por câmpus; que gostaria de saber quantos estão afastados e
232 quantos estão voltando; disse ter encaminhado o pedido à PROPESP, sem ter tido retorno. O
233 convidado Marcos Betemps explicou que o controle é feito pela PROGEP/CODEPE, para quem
234 repassou a solicitação feita pelo conselheiro. O conselheiro Alexandre Pitol disse que, com o
235 RSC, as pessoas vão sair e aproveitar o máximo do tempo para capacitação; que deve ser
236 repensada a questão dos 10%, com arredondamento para mais. O convidado Flávio Nunes
237 lembrou que o limite é 20%, sendo 10% para pós-graduação e 10% para as licenças legais; que
238 a nova lei permite afastamento para quem ainda está cumprindo estágio probatório e a
239 contratação de substitutos para quem fizer programas de intercâmbio no exterior; que o limite
240 do número de professores substitutos não é atualizado na frequência que deveria, que já faz
241 dois anos que não é atualizado e ressaltou que a PROGEP deve atender à solicitação do
242 conselheiro Alexandre Pitol. Este disse entender que a gestão tem limitador global, mas
243 questionou se o específico não pode ser aumentado, de acordo com as peculiaridades dos
244 câmpus. O presidente Marcelo Bender encaminhou no sentido de que fosse feita análise
245 histórica, em que os substitutos entrem, para definir o patamar, a partir do que se tem hoje;
246 que, segundo a SETEC o banco deve alcançar mil e cem docentes na ativa, quando poderá ser
247 refeito o patamar. A seguir, retornou à discussão o **Regimento Geral**, quando o presidente fez
248 duas sugestões: a discussão ponto a ponto ou a transferência da discussão para o próximo
249 Conselho. O convidado Mauro Cunha defendeu a discussão pontual, que foi aceita, explicando
250 as alterações feitas, advindas da proposta inicial encaminhada aos conselheiros logo após a
251 reunião que as definiu. Explicou a inclusão do câmpus avançado Jaguarão ligado à reitoria e que

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

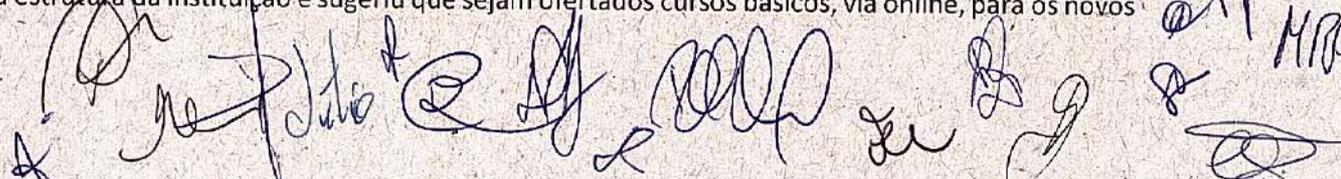
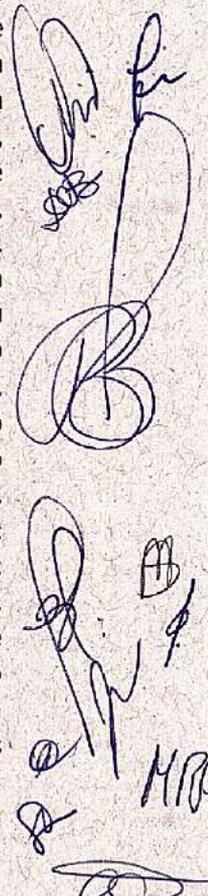
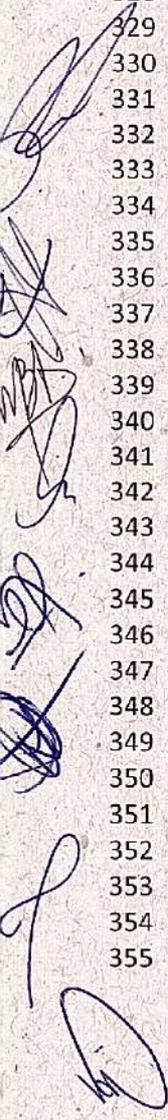
[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

252 o câmpus avançado Novo Hamburgo continua vinculado a Sapiranga, aguardando portaria do
253 MEC, ocasião em que deverá ser feita nova alteração no regimento. O presidente lembrou que
254 o documento já passou por discussões na comunidade, o que deverá levar a poucas sugestões
255 de alterações e que alguma mudança deverá ser feita com consenso; que itens em que não
256 houver consenso deverão ser deixados para a próxima reunião e que vai considerar aprovados
257 os itens em que não houver destaque. O convidado Mauro Cunha explicou que a troca da
258 expressão diretores-gerais por diretores permitirá a participação dos diretores dos câmpus
259 avançados nas reuniões de CONSUP e CODIR. O conselheiro Osni Rodrigues manifestou-se em
260 relação ao § 1º do art. 5, dizendo-se contrário à participação dos diretores dos novos câmpus
261 até que todos os seus segmentos tenham representantes, garantindo a paridade. O convidado
262 Mauro Cunha lembrou que os diretores representam o Colégio de Dirigentes, são membros
263 natos e não entram na paridade. A conselheira Fernanda Mello reportou-se à situação dos
264 representantes da reitoria no Conselho, quando houve dificuldade na organização dos
265 segmentos e que, tendo levado a situação ao Conselho, este manifestou-se favorável à
266 participação dos representantes do segmento já organizado. O presidente Marcelo Bender disse
267 que a motivação é para que a instituição tenha somente câmpus e não câmpus avançados, pois
268 os diretores dos câmpus avançados ficam alijados do processo participativo e que a instituição
269 quer ter os cargos e funções para todas as unidades. O convidado Mauro Cunha lembrou que
270 alteração na paridade deve ser feita no Estatuto, em reunião extraordinária, não no regimento.
271 O presidente Marcelo Bender sugeriu que a discussão da alteração do texto no Estatuto, se
272 houver, seja feita em próxima reunião e que o hoje o regimento seja votado como proposto. O
273 convidado Fabian Carbajal ratificou a fala do presidente, lembrando que muitas discussões feitas
274 no Conselho atingem situações que se refletem nos câmpus avançados. Em relação ao artigo 6º,
275 o conselheiro Milton Almeida lembrou que não podem existir conselhos deliberativos no âmbito
276 dos câmpus. O presidente Marcelo Bender afirmou que, por lei, só o Conselho Superior é
277 deliberativo e o convidado Henrique Maia lembrou que a Unidade de Auditoria já precisou
278 responder ao Ministério Público acerca da unicidade institucional e que os procedimentos
279 devem ser similares em todos os câmpus. O conselheiro Pablo Mendes questionou se o Conselho
280 pode interferir no regimento específico de cada câmpus. O convidado Mauro Cunha disse ser
281 contrário ao artigo 6º, já que não houve discussão paralela sobre conselhos de câmpus. Após
282 discussões, o artigo foi retirado do regulamento. O conselheiro Rafael Leitzke disse sentir-se
283 incomodado com a palavra assessorias, no plural, porque, na estrutura atual só há uma e
284 gostaria que no regimento fosse mantida no singular. Relativamente ao artigo 19, o conselheiro
285 Milton Almeida, disse não existir órgão que garanta a articulação entre ensino, pesquisa e
286 extensão e que deve ser competência do vice-reitor. O presidente Marcelo Bender lembrou que
287 a legalidade engessa a instituição em cinco pró-reitorias e não dá direito ao cargo de vice-reitor,
288 mas que, com o tamanho que a instituição tomou, sua figura se torna imprescindível, uma vez
289 que o reitor não tem condições de atender as quatorze unidades. Salientou que há perspectivas
290 de mudanças na legislação que permita a criação de novos cargos. Com a aprovação dos
291 conselheiros ficou decidida a inclusão da promoção e articulação entre ensino, pesquisa e
292 extensão nas competências do vice-reitor. O convidado Mauro Cunha explicou que a
293 manutenção da Diretoria Executiva da Reitoria objetiva permitir que o vice-reitor exerça
294 efetivamente sua função, deixando à DER atribuições referentes a convênios e processos
295 seletivos. O conselheiro Milton Almeida disse estar preocupado com a criação de muitas
296 funções. O presidente Marcelo Bender disse não ter sido criada nenhuma função, apenas feitos
297 remanejamentos na estrutura ou mudanças no nome dos setores. O convidado Mauro Cunha
298 explicou a inclusão dos núcleos no regimento para que, quando criados nos câmpus já tenham
299 suas diretrizes; que NAPNE, NUGAI e NEABI serão obrigatórios para todos e os demais, se
300 houver, terão regulamento único; que outros poderão ser criados e se quiserem ter
301 competência própria deverão fazer regulamento e submetê-lo ao CONSUP; que os núcleos
302 constarão da estrutura. O conselheiro Rafael Leitzke disse que não consta no PDI o NUGAI como
303 obrigatório, tendo o convidado Mauro Cunha dito que o mesmo deve ser aditado no PDI. Em

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Milton Almeida, Rafael Leitzke, and others.]

304 relação ao art. 176, o convidado Mauro Cunha disse que estaria sendo trocado para ficar igual
305 ao estatuto, pois hoje exige votação de dois terços e ficaria quórum paritário de dois terços;
306 perguntou se gostariam de manter como estava para posterior discussão e alteração do
307 estatuto, já que hoje é um contrassenso pois está mais fácil alterar o estatuto do que o
308 regimento. O conselheiro Rafael Leitzke sugeriu que volte à redação anterior, alterando o
309 estatuto, o que foi aceito, evidenciado o desejo de que haja mais participação nas reuniões; a
310 alteração no estatuto deverá ser feita na próxima reunião extraordinária. Foi discutida, em
311 relação a data de vigência do regimento, se na data de aprovação pelo Conselho, através de
312 Resolução, ou se na data da publicação no DOU, ficando definida a primeira. Foi discutido se o
313 regimento seria publicado na íntegra no DOU ou se apenas o extrato, decidindo-se pela consulta
314 sobre o procedimento adequado. A discussão seguinte foi referente a data para aprovação dos
315 regimentos dos câmpus; o convidado Mauro Cunha disse que, em reunião do CODIR, foi
316 solicitado que o CONSUP a definisse; que poderá ser colocado até dezembro do ano que vem,
317 mas há câmpus que precisam fazer seus regimentos, outros ainda não usaram algumas funções,
318 pois esperam pelo regimento; sugeriu maio ou junho, lembrando que os câmpus maiores
319 precisam de mais tempo para as discussões; que a data escolhida deve ser efetivamente
320 cumprida. Após discutido o assunto, ficou definido o mês de junho 2015 como data limite para
321 aprovação dos regimentos dos câmpus. Com as alterações propostas e o compromisso de alterar
322 o estatuto, no artigo referente ao quórum para votação e aprovação, o regimento geral foi
323 aprovado. O convidado Mauro Cunha falou sobre a estrutura, onde consta o quadro de CDs e
324 FGs, perguntando se havia algum destaque. O conselheiro Rafael Leitzke reforçou sua
325 discordância com a CD3 para vice-reitor, dizendo que deveria ser CD2, pois está sendo forçada
326 uma situação que não sabe até que ponto é viável; que uma vez criada a função de vice-reitor e
327 definidas suas atribuições está definida também a hierarquia; que do seu ponto de vista não é
328 ético nem moral que essa pessoa tenha CD inferior a diretor-geral ou pró-reitor; entende que
329 se está querendo forçar uma situação, mas que não há nada que diga que um pró-reitor deva
330 ter CD2. Saliu que o câmpus Pelotas é favorável a criação da função de vice-reitor, mas
331 contrário à concessão de CD3. Reforçou que sua posição contrária é como conselheiro e não
332 como representante do câmpus Pelotas. Sugere devolver à comissão para estudar de onde tirar
333 a CD2, deixando uma pró-reitoria com CD3, com o que concordaram os conselheiros Osni
334 Rodrigues e Marco Eli Echeverria. O presidente Marcelo Bender disse que o país está numa fase
335 de transição e as coisas não acontecem na rapidez desejada; que quer buscar no CONIF o ajuste
336 dos IFEs no seu processo de consolidação, mas que esse é um processo de força política na
337 proposição; que a questão do vice-reitor é uma posição política: nomeá-lo e buscar mais uma
338 pró-reitoria; que agora, a retirada de uma CD2 de uma pró-reitoria desestabilizaria o sistema,
339 pois todas elas precisam continuar fortalecidas para desenvolver a grande quantidade de
340 atribuições que têm. A conselheira Luciana Loponte perguntou se, nesta medida, a longo prazo,
341 poderia se levar aos câmpus a função de vice-diretor-geral, com o que o presidente concordou.
342 Após discussão, a estrutura de cargos e funções foi posta em votação, tendo sido aprovada com
343 trinta votos, havendo seis contrários e quatro abstenções. O convidado Henrique Maia pediu
344 que ficasse registrado que o conselheiro Pablo Mendes mostrou-lhe a minuta do regimento do
345 câmpus Camaquã, onde constam várias atividades de deliberação do conselho do câmpus,
346 esclarecendo que o CONSUP é o órgão máximo da instituição e o único que delibera; que quando
347 um câmpus propõe, precisa submeter ao Conselho, pois são os conselheiros que assinam o
348 relatório de gestão; que quer evitar que os câmpus tragam regimentos ao Conselho e que,
349 quando indeferidos, seja informado no câmpus que o Conselho não aceitou o que eles fizeram;
350 que não devem ser criadas expectativas nos câmpus de que irão deliberar, porque não irão;
351 ratificou que o único Conselho que delibera é este. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou que,
352 na gestão anterior, foi dito que nem tudo precisaria passar pelo CONSUP. O convidado Henrique
353 Maia disse que o conselho de câmpus serve para ajudar o gestor nas decisões que traria para o
354 Conselho. O presidente Marcelo Bender considerou que nem todos os conselheiros conhecem
355 a estrutura da instituição e sugeriu que sejam ofertados cursos básicos, via online, para os novos



356 conselheiros, para que possam conhecer ações de diversos setores, como auditoria, gestão
357 financeira, etc.; disse que a DDI deverá buscar e proporcionar um modelo de formação para o
358 CONSUP. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou às dezoito horas e vinte minutos, e
359 eu, Stela Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

[Handwritten signatures and names:]
Ana Maria Gilbe
Fauzfel
Júlio
Pereira
Guork
Douglas Mod de
Mário Prieto
Conceição
Paulo
José Freitas
Mário
Paulo
Lúcia Castro